

RaiaDrogasil



**FARMÁCIA É SAÚDE E
BELEZA PARA TODA A VIDA**





Raia Drogasil S.A.

CNPJ nº 61.585.865/0001-51

www.raia drogasil.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2012

São Paulo, 27 de março de 2012. RaiaDrogasil S.A. (BM&FBOvespa: RADL3) anuncia hoje seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2012 (4T12) e ao ano de 2012. As demonstrações financeiras de RaiaDrogasil S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram preparadas em conformidade com os requerimentos do IFRS e de 2011 foram por nossos auditores independentes de acordo com as práticas brasileiras e internacionais de auditoria. Os referidos demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento referem-se ao mesmo período de 2011.

Para complementar as nossas demonstrações financeiras consolidadas, apresentamos de forma suplementar as informações financeiras combinadas não auditadas de RaiaDrogasil S.A. para o exercício de 2011. As informações combinadas consistem basicamente na soma aritmética das demonstrações financeiras individuais auditadas referentes a cada exercício social, sem os efeitos de equivalência patrimonial de Raia em RaiaDrogasil. As informações financeiras combinadas não auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não refletem os ajustes pro forma que seriam necessários na assunção de que a combinação de negócios entre Drogasil e Raia tivesse ocorrido no 1º dia do período apresentado. Desta maneira, as informações combinadas podem e devem ser consideradas representativas dos nossos resultados futuros.

Sumário Combinado	2011	2012	4T11	1T12	2T12	3T12	4T12
<i>(R\$ mil)</i>							
# de Lojas (final do período)	776	864	776	785	807	828	864
Abertura de Lojas	99	101	40	9	26	24	42
Fechamento de Lojas	11	13	7	0	4	3	6
# de Lojas (média do período)	717	803	759	781	795	819	843
# de funcionários	17.244	20.113	17.244	18.510	19.383	19.927	20.113
# de farmacêuticos	2.495	3.004	2.495	2.597	2.789	2.875	3.004
# de atendimentos	114.089	125.548	30.143	29.790	31.193	32.360	32.205
Receita Bruta	4.730.034	5.593.835	1.287.973	1.286.847	1.375.185	1.451.824	1.479.979
Lucro Bruto Ajustado	1.212.293	1.494.258	337.353	326.515	387.060	380.105	400.578
% da Receita Bruta	25,6%	26,7%	26,2%	25,4%	28,1%	26,2%	27,1%
EBITDA Ajustado	271.548	325.845	76.167	61.361	100.246	81.144	83.094
% da Receita Bruta	5,7%	5,8%	5,9%	4,8%	7,3%	5,6%	5,6%
Lucro Líquido Ajustado	151.358	153.964	43.335	27.484	53.792	39.694	32.994
% da Receita Bruta	3,2%	2,8%	3,4%	2,1%	3,9%	2,7%	2,2%

CARTA AOS ACIONISTAS

O ano de 2012 marcou a consolidação da RaiaDrogasil S.A. como uma única empresa. Formada pela fusão entre Raia e Drogasil em 10 de novembro de 2011, a RaiaDrogasil nasceu de valores e visões compartilhados por duas companhias com grande tradição no varejo brasileiro (Raia, 108 anos e Drogasil, 78 anos) e por seus acionistas controladores, membros das famílias fundadoras que possuem quatro gerações de experiência e comprometimento com o mercado brasileiro de drogarias.

Mesmo com a integração ainda em curso, temos orgulho de ter avançado de forma significativa em 2012. Ainda no início do ano, a alta e a média gerência da Empresa foram unificadas, combinando os melhores talentos de cada companhia. Nossas condições de compras foram renegociadas, gerando sinergias de custo significativas. Nossa futura plataforma de TI foi definida, nossos sistemas foram preparados para o roll-out e diversos processos foram integrados. A nossa marca e a nossa identidade corporativa foram criadas, e os posicionamentos da Droga Raia e da Drogasil foram estabelecidos. Centralizamos todos os nossos funcionários administrativos em nosso escritório central, que passou por uma ampla reforma. E por fim, a Raia S.A., até então uma subsidiária integral, foi incorporada pela RaiaDrogasil em 30 de novembro, com interrupções operacionais mínimas, o que nos torna uma única companhia e abre o caminho para a nossa plena integração em 2013.

O mercado brasileiro de drogarias vem registrando taxas robustas de crescimento, mas permanece relativamente fragmentado. O mercado farmacêutico cresce 16,0% ao ano desde 2007, alavancado pelo envelhecimento da população, uma tendência que deve perdurar por mais duas décadas: de acordo com o Banco Mundial, a população idosa do Brasil aumentará de 7% para 14% da população total em 21 anos (de 2011 a 2032), algo que levou 69 anos nos Estados Unidos (de 1944 a 2013) e 115 anos na França (de 1865 a 1980). As cinco maiores redes de drogarias ainda concentram apenas 29,3% do mercado, mas a consolidação está acontecendo de forma acelerada, pois há oito anos os líderes representavam menos de 16,0% do setor.

A RaiaDrogasil vem buscando liderar a consolidação do mercado brasileiro de drogarias. Em 2012, não só mantivemos nossa liderança em faturamento e número de lojas, de acordo com o ranking da Abrafarma, com 864 lojas e R\$ 5,6 bilhões de receita bruta, como também conseguimos crescer 18,3% em relação a 2011 e ganhar 0,3 ponto percentual de participação de mercado. Abrimos 101 lojas durante o ano e adquirimos outras 26 da Droga Santa Marta em Goiás, que serão abertas em 2013, e que nos permitirão consolidar a nossa liderança na região Centro-Oeste, com mais de 120 lojas. Por fim, estabelecemos um *guidance* de 130 aberturas para 2013.

Em 2012, tivemos um crescimento significativo de rentabilidade. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 325,8 milhões, representando uma margem de 5,8%, um crescimento de 20,0% e uma expansão de margem de 0,1 ponto percentual. Esse resultado foi obtido apesar de uma pressão transitória de 0,3 ponto percentual na margem bruta em decorrência de um novo regime tributário, que aumentou nossa carga de ICMS, bem como nas despesas com vendas em função da abertura de dois novos CDs e de 42 lojas novas no último trimestre, que registraram no ano apenas as despesas pré-operacionais e os resultados negativos dos meses iniciais de operação. O lucro líquido ajustado totalizou R\$ 154,0 milhões, uma margem líquida de 2,8%.

Com a inauguração de dois novos CDs nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, incrementamos a nossa capacidade de distribuição para sete CDs, que permitirão suportar o nosso crescimento futuro. Outra conquista foi a consolidação das nossas marcas proprietárias: Pluii, nossa marca *premium* para cabelos e corpo, e Needs, nossa *value brand*, lançadas na Raia no final de 2011, foram introduzidas na Drogasil em 2012, enquanto B-Well, nossa linha de vitaminas e suplementos foi introduzida com sucesso no início do ano. Acreditamos que as marcas proprietárias serão uma importante alavanca para o incremento das margens, para a diversificação do mix de produtos e para incrementar a fidelidade dos consumidores às nossas lojas.

Acreditamos que crescimento sustentável se faz com o crescimento dos funcionários, clientes e parceiros. Assim, investimos intensivamente em pessoas, incluindo mais de 500 mil horas de treinamento, e na mobilização de fornecedores e clientes para promover saúde e bem-estar nas comunidades onde atuamos. Realizamos mais de 14 mil exames clínicos pré-diagnósticos gratuitos junto às comunidades e arrecadamos mais de 130 mil livros usados para doação a mais de 230 escolas e bibliotecas públicas. Através das revistas sociais Sorria e Ser Família, que venderam mais de um milhão de exemplares, arrecadamos R\$ 3,7 milhões para financiar a expansão do hospital do GRAACC, centro nacional de referência em câncer infantil, o projeto Superação Jovem do Instituto Ayrton Senna e a Obra do Berço, instituição que apoia famílias desassistidas. Em 2012, Sorria foi a terceira maior revista em circulação (não incluindo as vendas por assinatura) do País, conforme o IDV.

Queremos agradecer aos nossos acionistas pela confiança, aos mais de 20 mil funcionários pelo incansável comprometimento, e aos nossos milhões de clientes que nos confiam a sua saúde e o seu bem-estar. Reiteramos o comprometimento de criarmos valor aos acionistas, oportunidades aos funcionários e bem-estar aos clientes, 'Servindo Confiança' com 'Prazer em Cuidar'.

A Administração

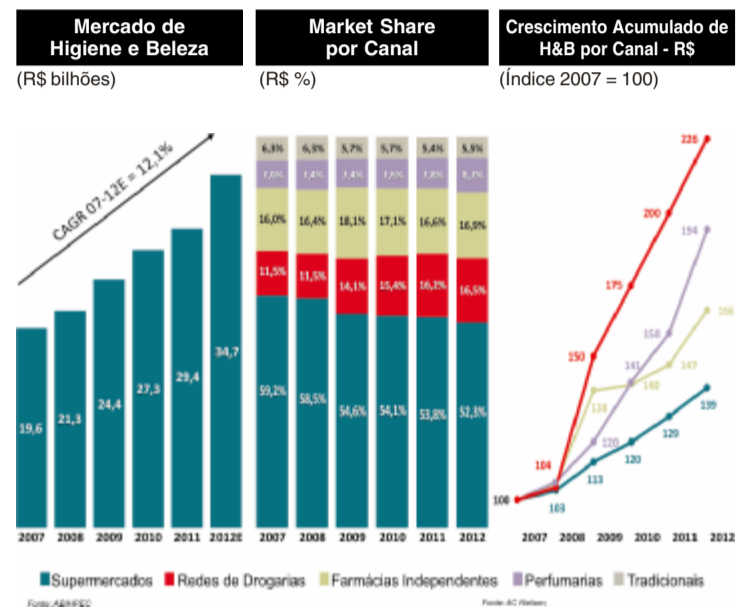
Em função da constituição de RaiaDrogasil S.A., incorremos em 2012 e 2011 em diversas despesas não recorrentes relativas aos custos com a transação, ao alinhamento de práticas contábeis entre as empresas e a amortização gerada pelo *Purchase Price Allocation (PPA)*, prática contábil do IFRS que aloca ao ativo as parcelas identificáveis do ágio gerado na transação, e que se encontram discriminadas neste documento. Para uma melhor compreensão de nosso desempenho, apresentamos os nossos resultados ajustados de 2012 e 2011 não considerando tais despesas.

PRINCIPAIS DESTAQUES DO ANO:

- **Lojas: 864 lojas em operação (abertura de 101 novas lojas e fechamento de 13 lojas em 2012)**
- **Receita Bruta: R\$ 5,6 bilhões, crescimento de 18,3% (11,6% mesmas lojas)**
- **Margem Bruta: 26,7% da receita bruta, expansão de 1,1 ponto percentual**
- **EBITDA Ajustado: R\$ 325,8 milhões, crescimento de 20,0%**
- **Margem EBITDA Ajustada: 5,8%, expansão de 0,1 ponto percentual**
- **Lucro Líquido Ajustado: R\$ 154,0 milhões, 2,8% de margem líquida**

Em 2012, a participação de mercado das cinco maiores redes de drogarias aumentou em apenas 0,1 ponto percentual, apesar do fato de a Raia Drogasil ter aumentado significativamente sua participação de mercado no ano. Isso ocorreu devido ao fato de alguns líderes de mercado terem perdido participação ao longo do ano.

O mercado brasileiro de higiene e beleza teve em 2012 mais um ano de significativo crescimento. De acordo com a ABIHPEC, nos primeiros dez meses do ano, o mercado cresceu nominalmente 18,0% quando comparado ao mesmo período de 2011, o que projetaria R\$ 34,7 milhões de mercado caso este crescimento tenha se sustentado por todo o ano.



Segundo a AC Nielsen, em 2012 mais uma vez se observou uma significativa migração de participação de mercado em higiene e beleza dos supermercados para as redes de drogarias, tendência que vem se sustentando há diversos anos em função da maior conveniência e de uma melhor experiência de compra oferecida por esse canal aos consumidores. As redes de drogarias ganharam 0,3 ponto percentual de participação de mercado, enquanto os supermercados perderam 1,5 ponto percentual no exercício.

Entre 2007 e 2012, as redes de drogarias aumentaram a sua participação de mercado em 5,0 pontos percentuais, enquanto os supermercados perderam 6,9 pontos percentuais de participação. As redes de drogarias cresceram, no período, 126,0% em termos nominais, uma taxa de crescimento anual composta de 17,7%, enquanto os supermercados cresceram cumulativamente somente 39,0%, uma taxa de crescimento anual composta de 6,8% em termos nominais. Vale ressaltar que a inflação anual média no período foi de 5,5%.

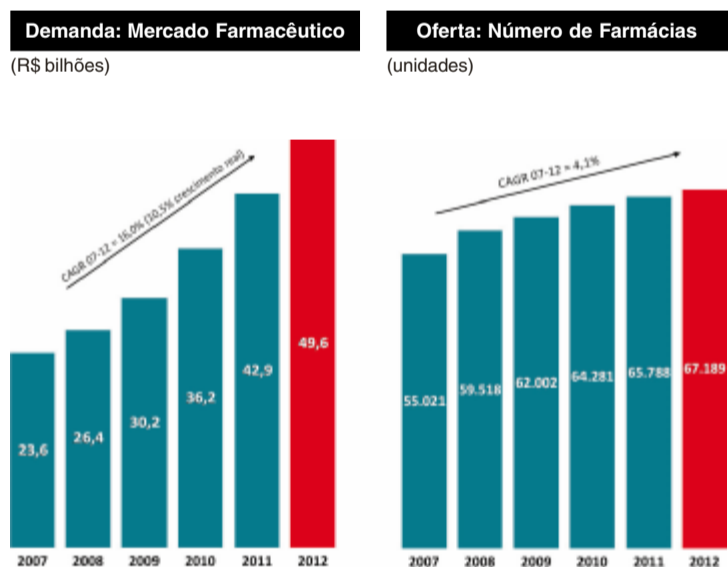
A RaiaDrogasil manteve sua liderança de mercado tanto em faturamento quanto em número de lojas, de acordo com o ranking da ABRAFARMA (Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias) de 2012.

EVOLUÇÃO DO MERCADO

De acordo com o IMS Health, o mercado farmacêutico brasileiro atingiu R\$ 49,6 bilhões em 2012, o que representa um crescimento nominal de 15,6% em relação a 2011. Desde 2007, o mercado tem crescido a uma taxa anual composta de 16,0%.

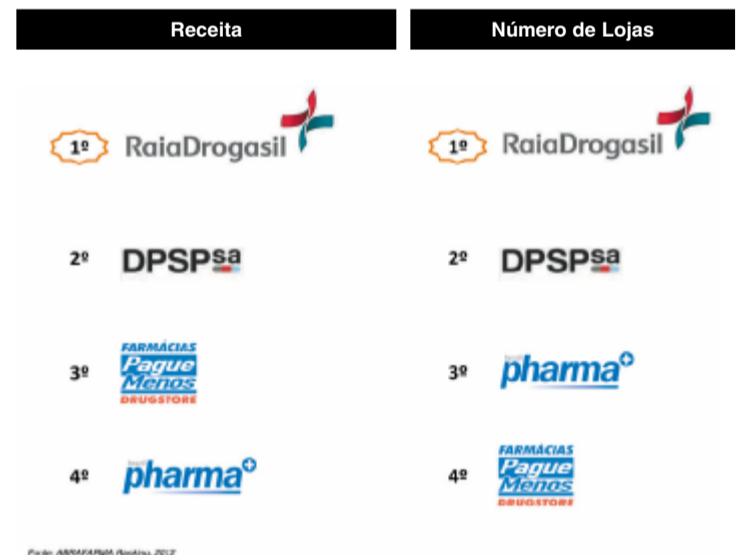
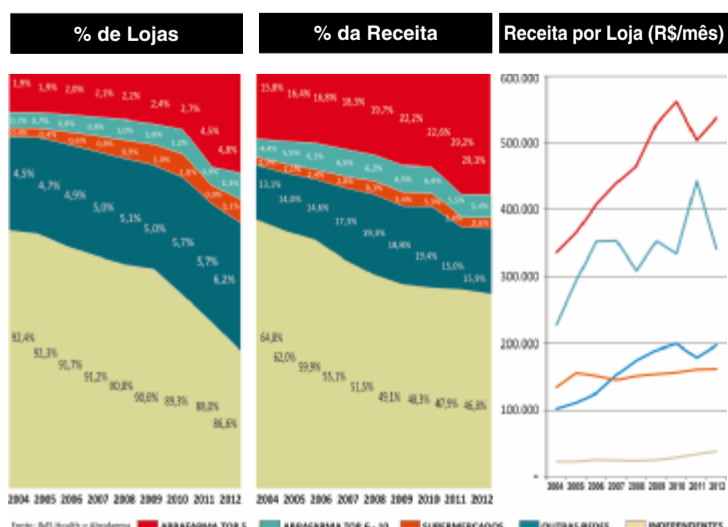
O envelhecimento da população brasileira foi o principal fator que contribuiu para esse nível de crescimento sustentável, e que deve perdurar por pelo menos mais duas décadas: segundo um estudo do Banco Mundial (*"Getting Old in an Older Brazil"*, 2011), o percentual de brasileiros com mais de 65 anos deve crescer de 7% para 14% da população total em apenas 21 anos (de 2011 a 2032) – um processo que levou 69 anos para ocorrer nos Estados Unidos (de 1944 a 2013) e 115 anos na França (de 1865 a 1980).

Outra tendência positiva para o setor é o fato de que a demanda real no mercado de drogarias vem crescendo bem acima da oferta, mesmo diante do crescimento orgânico agressivo empreendido pelos principais *players*. Entre 2007 e 2012, a demanda cresceu em média 10,5% ao ano em termos reais, enquanto o número total de farmácias no Brasil aumentou em média 4,1% ao ano no mesmo período (9,8% de crescimento real da demanda contra 2,1% de crescimento da oferta em 2012), conforme os gráficos abaixo.



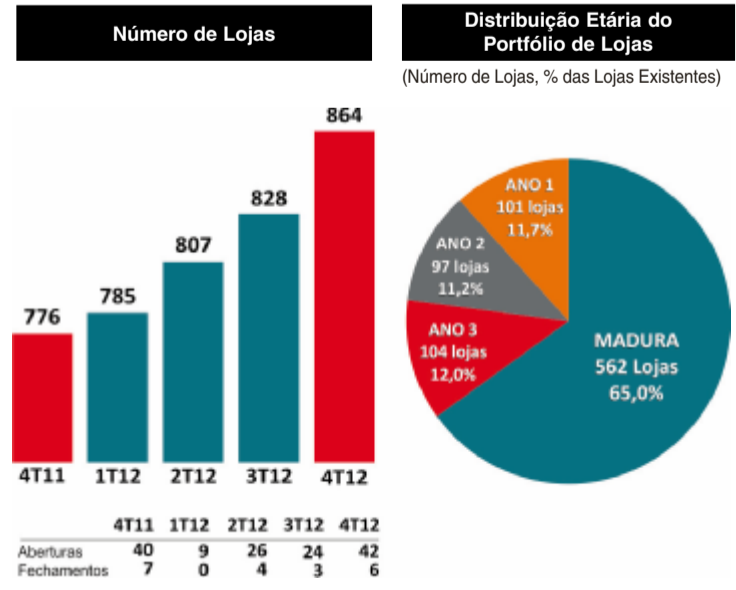
O mercado brasileiro de drogarias permanece relativamente fragmentado e com apenas 4,8% das lojas e 29,3% da receita concentradas pelas cinco maiores *players*. Entretanto, o crescimento orgânico acelerado e a onda recente de fusões e aquisições realizadas pelos líderes de mercado vêm intensificando a consolidação do setor, com uma elevação da participação combinada dos cinco maiores *players* de 15,8% para 29,3% em apenas oito anos.

As cinco maiores redes de drogarias do Brasil vem capturando grande parte do crescimento do mercado nos últimos anos, expandindo sua participação de mercado em um ambiente no qual a demanda cresceu bastante acima da oferta. Isso lhes tem permitido incrementar tanto o seu patamar de escala total, como também a sua receita média por loja, um ganho significativo de competitividade frente às redes de médio porte, supermercados e farmácias independentes, como demonstram os gráficos abaixo.



EXPANSÃO DA REDE

Encerramos o ano de 2012 com 864 lojas em operação: foram abertas 101 lojas e fechadas outras 13 no ano. Durante o 4º trimestre foram inauguradas 42 lojas, sendo 29 unidades somente no mês de dezembro, em decorrência da incorporação da Raia pela RaiaDrogasil que ocorreu em novembro e resultou na interrupção da abertura de várias lojas da Raia, que foram postergadas para o final do ano.



Ao final do período, 35,0% das lojas ainda estavam em estágio de maturação, ou seja, ainda não atingiram seu potencial de receita e de rentabilidade.

Em dezembro, atingimos uma participação no mercado nacional de 9,3%, o que representa um incremento de 0,3 ponto percentual, com ganhos de participação na maioria dos estados em que operamos. Os principais destaques foram São Paulo, nosso principal mercado, e Rio de Janeiro, onde foram registrados incrementos de 1,7 ponto percentual e de 0,7 ponto percentual, respectivamente.

Outro destaque do período foi o ingresso no Nordeste, a região de maior crescimento no Brasil, com a abertura de 10 lojas na Bahia, principal estado da região tanto em termos econômicos quanto populacionais, o que nos possibilitou atingir uma participação de mercado no estado de 0,9% em dezembro.



Raia Drogasil S.A.

CNPJ nº 61.585.865/0001-51

www.raiadrogasil.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

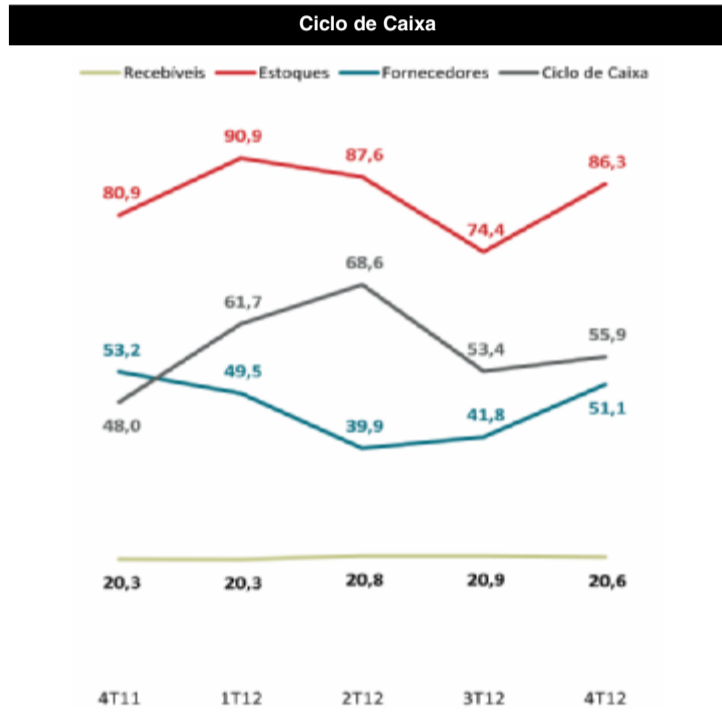
Também foram registradas despesas relativas à incorporação da Raia pela RaiaDrogasil, que ocorreu em 30 de novembro. A incorporação exigiu a reobtenção das licenças fiscais, sanitárias e operacionais para todas as lojas pré-existentes da Droga Raia sob a razão social RaiaDrogasil, o que acarretou despesas de legalização no valor de R\$ 8,8 milhões e despesas relacionadas ao programa Farmácia Popular de R\$ 3,4 milhões. Com a extinção da Raia, efetuamos uma baixa de R\$ 12,4 milhões de prejuízo fiscal acumulado.

O Farmácia Popular é um programa do governo federal que propicia venda de produtos selecionados de forma gratuita ou com custos diminutos aos clientes, uma vez que os medicamentos são subsidiados pelo governo. Como todas as lojas da Droga Raia perderam temporariamente as suas licenças para vender dentro do Programa, já que as novas licenças do Farmácia Popular levam meses para serem concedidas, decidimos assumir os custos do programa durante a transição para minimizar as interrupções e garantir a retenção dos nossos clientes.

Por fim, conforme o processo de unificação foi progredindo, foram identificadas diferenças em práticas contábeis remanescentes entre Raia e Drogasil. Para alinhar os processos, foram registrados ajustes não recorrentes de R\$ 5,4 milhões na provisão de contingências e baixas de créditos tributários de R\$ 3,4 milhões.

CICLO DE CAIXA

Investimos 7,9 dias de ciclo de caixa quando comparado a 2011, conforme o gráfico abaixo:



Os estoques aumentaram em 5,4 dias em 2012, refletindo a adição de dois novos centros de distribuição (Barra Mansa/RJ e Ribeirão Preto/SP) e o plano de contingência executado no final de 2012 para mitigar o risco de *stock-out* durante o processo de incorporação da Raia pela RaiaDrogasil.

Registramos uma redução de 2,1 dias em fornecedores, devido à negociações com alguns fornecedores durante o ano, que sacrificamos os prazos de pagamento de forma a incrementar a margem bruta, com retornos muito favoráveis.

Os recebíveis apresentaram uma redução de 0,3 dia, devido à maior proporção de pagamentos feitos com cartão de crédito, tendência que vem se intensificando ao longo dos anos.

FLUXO DE CAIXA

Registramos em 2012 um consumo de caixa de R\$ 168,8 milhões. Geramos R\$ 278,3 milhões em recursos de operações, o que corresponde a 5,0% da receita bruta e a um aumento de 42,1% quando comparado a 2011. O investimento em capital de giro foi de R\$ 188,5 milhões no exercício, contra R\$ 280,5 milhões em 2011. Esse montante inclui uma recuperação de créditos acumulados de ICMS de R\$ 66,3 milhões.

Durante o ano, foram investidos R\$ 258,0 milhões em ativos fixos, distribuídos da seguinte forma: R\$ 161,8 milhões na expansão da rede (R\$ 46,5 milhões na aquisição dos pontos comerciais da Drogaria Santa Marta), R\$ 29,0 milhões na manutenção de lojas e R\$ 67,2 milhões em infraestrutura.

Também foi realizada a apropriação de R\$ 40,0 milhões de juros sobre capital próprio e o montante total pago no exercício correspondeu a R\$ 34,1 milhões.

Fluxo de Caixa	4T12	4T11	2012	2011
<i>(R\$ milhões)</i>				
LAIR	22,1	3,4	158,1	144,2
(-) Imposto de Renda	(12,0)	(13,4)	(30,3)	(43,4)
(+) Depreciação	33,2	27,2	124,3	94,4
(-) Outros Ajustes	18,2	(1,8)	26,2	0,2
Recursos das Operações	61,4	15,4	278,3	195,4
Ciclo de Caixa*	(57,2)	(5,0)	(216,1)	(289,1)
Recuperação de ICMS	23,1	-	66,3	-
Outros	12,5	19,3	(39,3)	8,6
Operações	39,8	29,6	89,2	(85,2)
Investimentos	(113,0)	(53,3)	(258,0)	(151,0)
Fluxo de Caixa Total	(73,3)	(23,7)	(168,8)	(236,2)

* Ciclo de Caixa inclui a variação de contas a receber, estoques e fornecedores.

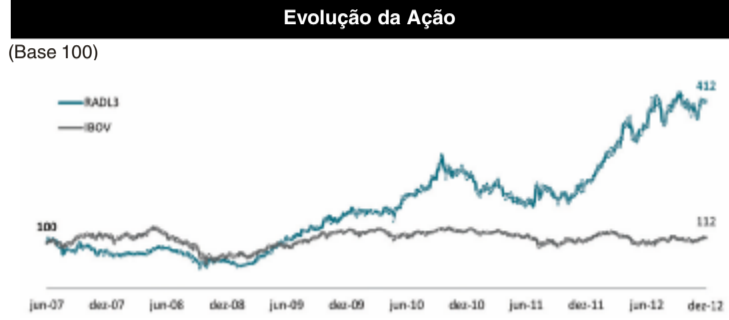
** A demonstração não inclui o fluxo de caixa de financiamentos.

MERCADO DE CAPITAIS

Considerando o preço de R\$ 23,07 em 28 de dezembro de 2012, apresentamos uma variação acumulada de 77,9% no ano, que superou o IBOVESPA em 70,5 pontos percentuais, refletindo o nosso desempenho, a confiança dos investidores e o entendimento de que o varejo farmacêutico é um setor de natureza defensiva que permanece relativamente imune à situações macroeconômicas adversas.

Registramos no 4T12, um volume médio diário de R\$ 20,5 milhões em comparação ao volume médio de R\$ 20,0 milhões registrado durante o ano de 2012.

O gráfico abaixo demonstra um histórico das ações da RaiaDrogasil, desde a Oferta Pública da Drogasil, em junho de 2007. Apresentamos uma valorização acumulada de 312,0% em comparação a 12,1% registrados pelo IBOVESPA, que equivaleu a uma taxa média de retorno anual de 29,3% no período. Para os investidores que ingressaram no IPO da Raia, em dezembro de 2010, a valorização acumulada no período foi de 120,2% em comparação à queda de 10,3% registrado pelo IBOVESPA, equivalente a um retorno médio anual de 47,4% no período.



DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS (R\$ mil)

Atendendo às previsões legais e estatutárias, estamos propondo a seguinte destinação do saldo positivo em lucros acumulados no montante de R\$ 105.184:

- Reserva estatutária R\$ 65.184
- Juros s/capital próprio (R\$ 0,121070505 por ação) R\$ 40.000

A proposta inclui também a imputação dos juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF, ao dividendo obrigatório.

AUDITORES INDEPENDENTES (R\$ mil)

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que, durante o ano de 2012, a Ernst&Young Terco Auditores Independentes S/S, além dos serviços de auditoria externa relacionados às demonstrações financeiras do exercício de 2012, prestou os seguintes serviços: Consultoria para o Projeto de Unificação dos Sistemas de Folha de Pagamento, no valor de R\$ 869,3 (86,9% do total pago ao serviço de auditoria externa), assinado em 11 de junho de 2012, com prazo de sete meses.

Revisão de Parâmetros de Tributação Fiscal, no valor de R\$ 116,3 (11,6% do total pago ao serviço de auditoria externa), assinado em 15 de agosto de 2012, com prazo de três meses.

Os serviços acima mencionados totalizaram R\$ 985,6 ou 98,6% do total pago ao serviço de auditoria externo relacionado às demonstrações financeiras.

A Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados.

A Ernst&Young Terco Auditores Independentes S/S não tem conhecimento de qualquer relacionamento entre as partes que poderiam ser considerados como conflitantes em relação a sua independência.

Demonstrações Financeiras (em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais				
Ativo	4T11	4T12	2011	2012
<i>(R\$ mil)</i>				
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	339.971	166.963	339.971	166.963
Clientes	287.843	335.771	287.843	335.771
Estoques	814.975	973.396	814.975	973.396
Tributos a Recuperar	93.160	96.316	93.160	96.316
Outras Contas a Receber	79.340	116.772	79.340	116.772
Despesas do Exercício Seguinte	10.506	4.646	10.506	4.646
	<u>1.625.795</u>	<u>1.693.864</u>	<u>1.625.795</u>	<u>1.693.864</u>
Não Circulante				
Depósitos Judiciais	7.445	11.010	7.445	11.010
Tributos a Recuperar	35.874	1.614	35.874	1.614
Outros Créditos	744	1.178	744	1.178
Imobilizado	370.605	454.322	370.605	454.322
Intangível	327.873	1.170.198	327.873	1.170.198
Ágio	799.972		799.972	
	<u>1.542.513</u>	<u>1.638.322</u>	<u>1.542.513</u>	<u>1.638.322</u>
Ativo	<u>3.168.308</u>	<u>3.332.186</u>	<u>3.168.308</u>	<u>3.332.186</u>
Passivo e Patrimônio Líquido	4T11	4T12	2011	2012
<i>(R\$ mil)</i>				
Circulante				
Fornecedores	536.399	575.587	536.399	575.587
Empréstimos e Financiamentos	50.325	60.712	50.325	60.712
Salários e Encargos Sociais	92.460	92.899	92.460	92.899
Impostos, Taxas e Contribuições	30.035	40.489	30.035	40.489
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	3.662	5.451	3.662	5.451
Provisão para Demandas Judiciais	1.637	4.129	1.637	4.129
Outras Contas a Pagar	76.714	84.009	76.714	84.009
	<u>791.232</u>	<u>863.276</u>	<u>791.232</u>	<u>863.276</u>
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	111.985	131.460	111.985	131.460
Provisão para Demandas Judiciais	3.272	9.721	3.272	9.721
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	51.715	64.021	51.715	64.021
Outras Obrigações	8.930	7.049	8.930	7.049
	<u>175.902</u>	<u>212.251</u>	<u>175.902</u>	<u>212.251</u>
Patrimônio Líquido				
Capital Social	908.639	908.639	908.639	908.639
Reservas de Capital	1.039.935	1.039.935	1.039.935	1.039.935
Reserva de Reavaliação	13.325	13.127	13.325	13.127
Reservas de Lucros	229.537	294.721	229.537	294.721
Dividendo Adicional Proposto	9.738	8.237	9.738	8.237
	<u>2.201.174</u>	<u>2.264.659</u>	<u>2.201.174</u>	<u>2.264.659</u>
Passivo e Patrimônio Líquido	<u>3.168.308</u>	<u>3.340.186</u>	<u>3.168.308</u>	<u>3.340.186</u>

Demonstrações do Resultado				
	4T11	4T12	2011	2012
Receita bruta de vendas e serviços	1.287.973	1.479.979	4.730.034	5.593.835
Impostos e devoluções sobre vendas e serviços	(50.263)	(53.446)	(183.224)	(213.107)
Receita líquida de vendas e serviços	1.237.710	1.426.533	4.546.810	5.380.728
Custo das mercadorias vendidas	(916.725)	(1.025.955)	(3.357.286)	(3.888.079)
Lucro bruto	320.985	400.578	1.189.524	1.492.649
Despesas				
Com vendas	(218.943)	(275.705)	(786.488)	(1.002.330)
Gerais e administrativas	(42.025)	(47.146)	(154.084)	(171.450)
Outras despesas operacionais, líquidas	(34.576)	(21.090)	(35.331)	(33.918)
Despesas operacionais	(295.544)	(343.941)	(975.903)	(1.207.698)
EBITDA	25.441	56.637	213.622	284.952
Depreciação e Amortização	(27.151)	(33.162)	(94.408)	(124.327)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(1.710)	23.475	119.214	160.624
Despesas financeiras	(4.950)	(4.826)	(21.661)	(18.902)
Receitas financeiras	10.072	3.421	46.687	16.352
Despesas / Receitas Financeiras	5.122	(1.405)	25.025	(2.550)
Lucro antes do IR e da contribuição social	3.412	22.070	144.238	158.074
Imposto de renda e contribuição social	7.412	(20.663)	(38.586)	(53.219)
Lucro líquido do exercício	10.824	1.407	105.652	104.855

Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
	4T11	4T12	2011	2012
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	3.412	22.070	144.239	158.074
Ajustes				
Depreciações e amortizações	27.151	33.162	94.408	124.327
Plano de opção de ações	(285)		532	
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	973	5.203	771	6.896
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(870)	6.575	(260)	7.738
Provisão para perdas no estoque	(2.935)	2.681	183	5.909
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	1.289	3.713	(1.071)	5.614
Despesas de juros	4.428	4.314	10.175	16.164
	<u>33.163</u>	<u>77.718</u>	<u>248.977</u>	<u>324.722</u>
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações financeiras	16.444		15.319	
Contas a receber	(32.998)	(19.527)	(74.195)	(90.974)
Estoques	(76.821)	(146.672)	(203.589)	(164.330)
Outros ativos circulantes	(7.577)	(26.997)	(48.156)	5.014
Ativos no realizável a longo prazo	(4.955)	67.469	(9.523)	36.745
Fornecedores	104.834	108.951	(11.331)	39.220
Salários e encargos sociais	(9.912)	(27.689)	22.378	439
Impostos, taxas e contribuições	6.681	(8.135)	5.752	(21.855)
Outras Obrigações	17.636	29.917	33.938	3.699
Aluguéis a pagar	939	1.083	4.174	2.934
Caixa líquido proveniente das operações	47.434	56.118	(16.256)	135.614
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.366)	(12.034)	(43.444)	(30.280)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	34.068	44.084	(59.700)	105.334
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	4T11	4T12	2011	2012
Aquisições de imobilizado e intangível	(53.673)	(113.360)	(152.496)	(259.639)
Recebimentos por vendas de imobilizados	329	313	1.509	1.680
Aplicações financeiras restritas				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(53.344)	(113.047)	(150.987)	(257.959)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	4T11	4T12	2011	2012
Financiamentos tomados	19.193	62.184	66.325	108.746
Pagamentos de financiamentos	(14.499)	(19.877)	(42.065)	(81.829)
Juros pagos	(4.590)	(3.423)	(15.596)	(13.219)
Aumento do capital social, líquido dos gastos com emissão de ações			21.899	
Recebimento de exercício do plano de opção de ação	644		909	
Recebimento da alienação de ações mantidas em tesouraria				
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(25.295)	(21.362)	(42.535)	(34.081)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(24.547)	17.522	(11.063)	(20.383)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(43.823)	(51.441)	(221.750)	(173.008)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	383.794	218.404	561.721	339.971
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	339.971	166.963	339.971	166.963

Demonstrações do Resultado Ajustado				
	4T11	4T12	2011	2012
Receita bruta de vendas e serviços	1.287.973	1.479.979	4.730.034	5.593.835
Impostos e devoluções sobre vendas e serviços	(50.263)	(53.446)	(184.963)	(213.107)
Receita líquida de vendas e serviços	1.237.710	1.426.533	4.545.071	5.380.728
Custo das mercadorias vendidas				

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais

Ativo	Raia Drogasil S.A.		Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2012	2011	2011		2012	2011	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	166.963	144.863	339.971	Fornecedores	575.587	211.047	536.399
Clientes (Nota 7)	335.771	146.788	287.843	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	60.712	24.928	50.325
Estoques (Nota 8)	973.396	388.763	814.975	Salários e encargos sociais	92.899	38.112	92.460
Tributos a recuperar (Nota 9)	96.316	61.579	93.160	Impostos, taxas e contribuições	40.489	16.781	30.035
Outras contas a receber	116.772	22.002	79.340	Dividendo e juros sobre o capital próprio (Nota 16.b)	5.451	3.662	3.662
Despesas do exercício seguinte	4.646	6.568	10.506	Provisão para demandas judiciais (Nota 13)	4.129	1.428	1.637
	<u>1.693.864</u>	<u>770.563</u>	<u>1.625.795</u>	Outras contas a pagar	<u>84.009</u>	<u>28.589</u>	<u>76.714</u>
					<u>863.276</u>	<u>324.547</u>	<u>791.232</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais (Nota 13)	11.010	4.562	7.445	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	131.460	62.749	111.985
Tributos a recuperar (Nota 9)	9.614	33.796	35.874	Provisão para demandas judiciais (Nota 13)	9.721	678	3.272
Outros créditos	1.178	744	744	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14.b)	64.021	4.484	51.715
Investimentos (Nota 10)		1.554.303		Outras obrigações	<u>7.049</u>	<u>3.020</u>	<u>8.930</u>
Imobilizado (Nota 11 a.)	454.322	175.126	370.605		<u>212.251</u>	<u>70.931</u>	<u>175.902</u>
Intangível (Nota 11 b.)	<u>1.170.198</u>	<u>57.558</u>	<u>1.127.845</u>		<u>1.075.527</u>	<u>395.478</u>	<u>967.134</u>
	<u>1.646.322</u>	<u>1.826.089</u>	<u>1.542.513</u>				
				Total do passivo			
				Patrimônio líquido (Nota 16)			
				Capital social	908.639	908.639	908.639
				Reservas de capital	1.039.935	1.039.935	1.039.935
				Reserva de reavaliação	13.127	13.325	13.325
				Reservas de lucros	294.721	229.537	229.537
				Dividendo adicional proposto	<u>8.237</u>	<u>9.738</u>	<u>9.738</u>
				Total do patrimônio líquido	<u>2.264.659</u>	<u>2.201.174</u>	<u>2.201.174</u>
Total do ativo	<u>3.340.186</u>	<u>2.596.652</u>	<u>3.168.308</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.340.186</u>	<u>2.596.652</u>	<u>3.168.308</u>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (exceto o lucro líquido por ação do capital social)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Total	
	Capital social	Correção monetária especial	Prêmio de opção de ações	Ágio na emissão/alienação de ações	Reserva de reavaliação	Legal	Estatutária	Lucros acumulados			Ações em tesouraria
Em 31 de dezembro 2010	285.400	10.191	2.901	87.471	326	19.523	14.375	177.494			598.617
Aumento de capital decorrente da incorporação de ações da Raia S.A.	623.239			940.907							1.564.146
Dividendo referente ao exercício de 2010 aprovado na AGO de 11 de abril de 2011										(4.238)	(4.238)
Realização de reserva de reavaliação, líquida de imposto de renda e da contribuição social I.R.P.J. e C.S.L.L. diferidos sobre reserva de reavaliação de terrenos						(202)			202		(5.996)
Juros sobre o capital próprio prescrito									70		70
Plano de opção de ações - apropriação (Nota 17)			532								532
Plano de opção de ações - exercida (Nota 17)			(3.433)	1.040						3.302	909
Lucro líquido do exercício									68.696		68.696
Destinação do resultado											
Reserva estatutária							37.668		(37.668)		
Juros sobre o capital próprio propostos - R\$ 0,132782857 por ação (Nota 16.b)									(21.562)		(21.562)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto									(9.738)		(9.738)
Em 31 de dezembro de 2011	908.639	10.191		1.029.418	326	13.325	14.375	215.162		9.738	2.201.174
Dividendo referente ao exercício de 2011 aprovado na AGO de 27 de abril de 2012										(9.738)	(9.738)
Realização de reserva de reavaliação, líquida de imposto de renda e da contribuição social						(198)			198		
Juros sobre o capital próprio prescrito									131		131
Lucro líquido do exercício									104.855		104.855
Destinação do resultado											
Reserva estatutária							65.184		(65.184)		
Juros sobre o capital próprio propostos - R\$ 0,121070505 por ação (Nota 16.b)									(31.763)		(31.763)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto									(8.237)		(8.237)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>908.639</u>	<u>10.191</u>		<u>1.029.418</u>	<u>326</u>	<u>13.127</u>	<u>14.375</u>	<u>280.346</u>		<u>8.237</u>	<u>2.264.659</u>

Demonstrações do Resultado (exceto o lucro líquido por ação do capital próprio)

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita líquida de vendas (Nota 18)	2.976.048	2.318.773	5.380.728	2.728.985
Custo das mercadorias vendidas	(2.132.085)	(1.702.214)	(3.888.079)	(2.011.623)
Lucro bruto	<u>843.963</u>	<u>616.559</u>	<u>1.492.649</u>	<u>717.362</u>
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas	(529.962)	(383.250)	(1.002.330)	(464.112)
Gerais e administrativas	(81.083)	(73.898)	(171.450)	(87.667)
Depreciações e amortizações	(59.072)	(44.599)	(124.327)	(55.672)
Outras despesas operacionais (Nota 20)	(24.442)	(18.411)	(33.918)	(30.354)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(6.419)	(9.843)		
	<u>(700.978)</u>	<u>(530.001)</u>	<u>(1.332.025)</u>	<u>(637.805)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>142.985</u>	<u>86.558</u>	<u>160.624</u>	<u>79.557</u>
Resultado financeiro				
Receitas financeiras (Nota 21.a)	9.090	18.584	16.352	22.447
Despesas financeiras (Nota 21.b)	(11.238)	(9.132)	(18.902)	(10.799)
	<u>(2.148)</u>	<u>9.452</u>	<u>(2.550)</u>	<u>11.648</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>140.837</u>	<u>96.010</u>	<u>158.074</u>	<u>91.205</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14.a)				
Corrente	(33.858)	(27.094)	(40.811)	(25.270)
Diferido	(2.124)	(220)	(12.408)	2.761
	<u>(35.982)</u>	<u>(27.314)</u>	<u>(53.219)</u>	<u>(22.509)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>104.855</u>	<u>68.696</u>	<u>104.855</u>	<u>68.696</u>
Lucro por ação - básico (Nota 15)	0,31737	0,21599	0,31737	0,21599
Lucro por ação - diluído (Nota 15)	0,31737	0,21599	0,31737	0,21599

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração do resultado.

Demonstrações do resultado abrangente

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	104.855	68.696	104.855	68.696
Componentes do resultado abrangente				
Outros resultados abrangentes				
Total resultado abrangente do exercício	<u>104.855</u>	<u>68.696</u>	<u>104.855</u>	<u>68.696</u>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado			Raia Drogasil S.A.		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais					Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	140.837	96.010	158.074	91.205	Aquisições de imobilizado e intangível	(187.885)	(58.264)	(259.639)	(83.705)
Ajustes					Recebimentos por vendas de imobilizados	23	494	1.680	494
Depreciações e amortizações	59.072	44.599	124.327	55.672	Caixa adquirido em combinações de negócios				226.409
Plano de opção de ações		532		532	Caixa da empresa incorporada	70.478			
Resultado na venda ou baixa do imobilizado e intangível	3.844	957	6.896	1.026	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(117.384)</u>	<u>(57.770)</u>	<u>(257.959)</u>	<u>143.198</u>
Provisão (reversão) para demandas judiciais	5.381	(94)	7.738	(245)	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Provisão para perda de estoques	230	1.259	5.909	500	Financiamentos tomados	77.561	60.865	108.746	60.865
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.189	715	5.614	1.030	Pagamentos de financiamentos	(26.326)	(22.647)	(81.829)	(26.183)
Despesas de juros	9.985	7.502	16.164	9.092	Juros pagos	(7.530)	(6.636)	(13.219)	(7.420)
Resultado de equivalência patrimonial	6.419	9.843			Recebimento de exercício do plano de opção de ação		909		909
	<u>228.957</u>	<u>161.323</u>	<u>324.722</u>	<u>158.812</u>	Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	<u>(34.081)</u>	<u>(29.645)</u>	<u>(34.081)</u>	<u>(40.863)</u>
Variáveis nos ativos e passivos					Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>9.624</u>	<u>2.846</u>	<u>(20.383)</u>	<u>(12.692)</u>
Aplicações financeiras		15.319		15.319	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>22.100</u>	<u>(35.983)</u>	<u>(173.008)</u>	<u>159.125</u>
Contas a receber	(68.831)	(38.481)	(90.974)	(46.744)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>144.863</u>	<u>180.846</u>	<u>339.971</u>	<u>180.846</u>
Estoques	(116.485)	(94.064)	(164.330)	(124.563)	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>166.963</u>	<u>144.863</u>	<u>166.963</u>	<u>339.971</u>
Outros ativos circulantes	(9.252)	(21.980)	5.014	(12.809)					
Ativos no realizável a longo prazo	47.642	(6.783)	36.745	(6.656)					
Fornecedores	89.677	18.325	39.220	69.995					
Salários e encargos sociais	(18.999)	9.837	439	(350)					
Impostos, taxas e contribuições	(23.876)	(2.451)	(21.855)	(2.447)					
Outras obrigações	27.850	7.919	3.699	7.663					
Aluguéis a pagar	2.530	1.917	2.934	2.339					
Caixa proveniente das operações	<u>158.540</u>	<u>50.881</u>	<u>135.614</u>	<u>60.559</u>					
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.680)	(31.940)	(30.280)	(31.940)					
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>129.860</u>	<u>18.941</u>	<u>105.334</u>	<u>28.619</u>					



Raia Drogasil S.A.

CNPJ nº 61.585.865/0001-51

www.raiadrogasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. As vendas são realizadas por meio de 864 lojas, distribuídas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Goiás, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, conforme segue:

São Paulo	521
Minas Gerais	73
Rio de Janeiro	64
Distrito Federal	45
Paraná	44
Goiás	38
Santa Catarina	24
Espírito Santo	17
Rio Grande do Sul	16
Bahia	10
Mato Grosso	6
Mato Grosso do Sul	6
	<u>864</u>

Incorporação da controlada Raia S.A.

Em 30 de novembro de 2012, a Raia Drogasil S.A. incorporou sua controlada Raia S.A. em função de ambas empresas possuírem similaridade em suas atividades, a incorporação do acervo líquido contábil da Controlada resultou em otimização dos processos e maximização dos resultados, concentrando em uma única estrutura organizacional todas as atividades comerciais, operacionais e administrativas de ambas empresas. A incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2012.

O acervo líquido de R\$ 614.544 incorporado, relativos aos ativos e passivos, assim representados:

Saldos	30/11/2012
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	70.478
Clientes	148.571
Tributos a recuperar	16.490
Estoque	468.378
Despesas do exercício seguinte	4.518
Outras contas a receber	69.538
	<u>777.973</u>
Ativos não circulantes	
Depósitos judiciais	5.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.435
Tributos a recuperar	3.323
	<u>30.343</u>
Imobilizado	208.637
Intangível	46.193
	<u>254.830</u>
Total do ativo	<u>1.063.146</u>
Passivos circulantes	
Fornecedores	(274.895)
Empréstimos e financiamentos	(23.157)
Salários e encargos sociais	(73.784)
Impostos, taxas e contribuições	(13.675)
Provisão para demandas judiciais	(1.690)
Outras contas a pagar	(25.343)
	<u>(412.544)</u>
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	(27.647)
Provisão para demandas judiciais	(4.376)
Outras obrigações	(4.035)
	<u>(36.058)</u>
Total do passivo	<u>(448.602)</u>
Acervo Líquido	<u>614.544</u>
Acervo Líquido incorporado	<u>(614.544)</u>
Total	<u>0</u>

O ágio oriundo da aquisição da Raia S.A. no montante de R\$ 780.084 e os respectivos valores justos remanescentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos calculados no momento da combinação de negócios, anteriormente registrados na rubrica de Investimentos nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, foram reclassificados para a rubrica de Ativo Intangível (nota 11-b) na demonstração financeira da Controladora Raia Drogasil S.A., no momento da incorporação de sua Controlada Raia S.A., ou seja, em 30 de novembro de 2012.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2013.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais "R\$", que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto (lado a lado) por não existir diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado constantes nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais preparadas de acordo com o IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam a avaliação do investimento em Controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, estas demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não estão em conformidade com o IFRS, que exige a avaliação desse investimento nas demonstrações separadas da Raia Drogasil S.A. pelo seu valor justo ou pelo custo.

Em decorrência da incorporação da controlada direta Raia S.A. pela Companhia ocorrida em 30 de novembro de 2012, a apresentação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 é comparável com o balanço patrimonial consolidado findo em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da Raia Drogasil S.A. (controladora) contemplam 12 meses de resultado de suas operações e mais 1 (um) mês de resultado das operações da Controlada Raia S.A. incorporada em 30 de novembro de 2012.

Considerando a relevância do acervo incorporado da controlada Raia S.A. e para possibilitar completa compreensão da posição financeira e patrimonial consolidada no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012, a Companhia optou por apresentar as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e as respectivas notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, de forma consolidada e comparativa com os saldos consolidados do período de dois meses findos em 31 de dezembro de 2011, isto porque, o controle da Raia S.A. foi assumido pela Raia Drogasil S.A. (antigamente denominada "Drogasil S.A.") em 10 de novembro de 2011, quando ambas Companhias realizaram uma associação mediante a incorporação das ações da Raia S.A. pela Raia Drogasil S.A.. Dessa forma, o balanço patrimonial consolidado findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativos ao período de 2 (dois) meses findos em 31 de dezembro de 2011, estão sendo apresentados para fins comparativos, nestas demonstrações financeiras.

A Companhia reclassificou em 2011 a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre acordos comerciais da rubrica despesas gerais e administrativas para custo das mercadorias vendidas, no montante de R\$ 559 e os gastos com o programa de fidelidade da rubrica custo das mercadorias vendidas para receita líquida de vendas, no montante de R\$ 407.

As demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

3. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Listamos a seguir as normas contábeis emitidas e revisadas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

(a) IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes, cuja alteração passa a vigorar para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

(b) IAS 19 - Benefícios a Empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre avaliações e desvalorizações e reformulação. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(c) IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *Joint Ventures*, além do investimento em associadas. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

(d) IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

Esta melhoria esclarece que o imposto de renda decorrentes de custos de transações patrimoniais e de distribuições de acionistas devem ser contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(e) IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes.

Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(f) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(g) IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(h) IFRS 11 - Acordos de Participação

O IFRS 11 substitui o IAS 31, Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13, Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não-Monetárias por Empreendedores. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(i) IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(j) IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia avaliou os impactos dessas novas e revisadas IFRSs e prevê que sua adoção não irá provocar um impacto relevante nas informações contábeis da Companhia.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela da Companhia.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua Controlada direta Raia S.A. até a data de incorporação da controlada e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios com suas atividades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011, a Companhia emitiu 142.065.980 ações que foram integralizadas com a totalidade das ações da Raia S.A. e como consequência a Raia S.A. passou a ser subsidiária integral da Raia Drogasil S.A..

O resultado da Controlada Raia S.A. passou a ser consolidado desde a data de aquisição, ou seja, 10 de novembro de 2011. Dessa forma, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado consolidados findos em 31 de dezembro de 2011, contemplam 12 (doze) meses de operação da Raia Drogasil S.A. mais 2 (dois) meses de operação da Controlada.

As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controladora e a Controlada são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme anteriormente mencionado na nota 2, em decorrência da incorporação integral da controlada direta Raia S.A. pela Companhia ocorrida em 30 de novembro de 2012, a apresentação do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 passou a não ser aplicável. As demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, contemplam 12 meses de resultado das operações da Controladora Raia Drogasil S.A. e 1 mês de resultado das operações da Controlada Raia S.A..

(b) Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, mensurados a valor justo). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2011, a Companhia aplicou os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido entre os ativos e passivos, identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Quando a contraprestação é menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado. A Companhia utiliza os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas, descritos anteriormente, para determinação dos efeitos da combinação de negócio nas demonstrações financeiras individuais.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros no valor justo por meio do resultado".

(d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) Passivos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outros técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Contas a receber

As contas a receber ("Clientes") são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques, são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido os valores recebidos como parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

(g) Impostos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.a.). O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais)

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio apurado na aquisição do investimento na Drogaria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11.b), as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação, todos inferiores a quinze anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

Licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11.b).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.b).

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(k) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis de vida útil definida são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação da "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência.

Arrendamentos financeiros

Os arrendamentos mercantis de bens do ativo imobilizado nos quais a Companhia detém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na Nota 11.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos Passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passada de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e/ou previdência do tipo benefício definido.

(o) Programa de fidelidade

A Companhia mantém um programa "Muito Mais Raia" de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês do acumulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Companhia calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

(p) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui o plano de opção de compra de ação que podia ser outorgado a seus administradores e empregados em nível gerencial. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 foi aprovado o cancelamento do plano de opção de compra de ações e a antecipação do exercício das opções outorgadas em 28 de junho de 2007, conforme descrito na Nota 17. O valor justo das opções de compra de ações foi calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de avaliação Binomial Americano, conforme descrito na Nota 17.

A despesa foi registrada na rubrica "Remuneração da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga e finaliza na data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

(q) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(r) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta, especificando assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(s) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta "Despesas financeiras" tendo como contrapartida a conta "Lucros acumulados".

(t) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(u) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

(v) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

(y) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo CPC.

5. Combinações de negócios

Em 10 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação de ações da Raia S.A. pela Drogasil S.A., com a emissão de 142.065.980 (cento e quarenta e dois milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e escriturais, que foram subscritas pelos administradores da Raia, por conta e ordem de seus acionistas, mediante a versão das ações de emissão da Raia S.A. ao patrimônio da Drogasil S.A.. Na mesma data ocorreu a alteração da razão social de Drogasil S.A. para Raia Drogasil S.A..

A combinação de negócios ocorreu por meio de troca de ações entre os acionistas da Companhia e da Raia S.A.. A relação de substituição aplicável aos acionistas da Raia na incorporação de suas ações foi de 2,29083790 ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação ordinária de emissão da Raia, sendo que a composição do capital da Companhia é detida pelos seus antigos acionistas na proporção de 57% e pelos antigos acionistas da Raia S.A. na proporção de 43%. Por ocasião da incorporação de ações, a Companhia passou a deter 100% de participação em sua Controlada Raia S.A..

A norma contábil CPC 15 (IFRS3-R1), que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Para fins dessa determinação levou-se em consideração a entidade que emitiu instrumentos de participação societária (ações), a composição do capital votante e o tamanho relativo das duas empresas mensurado por meio de seus ativos, receitas e lucros. Neste contexto, os acionistas da Companhia passaram a ter o controle sobre a Raia S.A.. Em 10 de novembro de 2011 ocorreu a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como "data de aquisição" para fins do reconhecimento contábil da transação.

Considerando que a transação foi realizada através de troca de ações entre os acionistas das Companhias, o valor da contraprestação paga foi determinado com base no número total de ações emitidas pela Companhia e entregues aos acionistas da Raia S.A., pelo valor de cotação no mercado dessas ações em 10 de novembro de 2011, conforme demonstrado a seguir:

(i) Quantidade de ações entregue aos acionistas de Raia S.A.: 142.065.980 ações ordinárias;

(ii) Valor da ação: R\$ 11,01/ação (cotação de 10 de novembro de 2011);

(iii) Consideração total: R\$ 1.564.146;

Como não foram identificadas variações relevantes nos principais saldos contábeis da Raia, no período entre 31 de outubro de 2011 e 10 de novembro de 2011, a Administração adotou o balanço de 31 de outubro de 2011 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição. Os detalhes dos valores em livros e valores justos dos ativos líquidos adquiridos e o ágio estão demonstrados a seguir:

	31/10/2011 (Valor Justo)
Saldos	
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	226.409
Clientes	132.792
Tributos a recuperar	30.831
Estoques	394.954
Outras contas a receber	71.979
	<u>856.965</u>
Ativos não circulantes	
Depósitos judiciais	4.163
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.644
Outros créditos	1.612
	<u>43.419</u>
Imobilizado	187.122
Intangível	284.259
	<u>471.381</u>
	<u>1.371.765</u>
Passivos circulantes	
Fornecedores	(273.683)
Empréstimos e financiamentos	(25.613)
Salários e encargos sociais	(64.535)
Impostos, taxas e contribuições	(14.829)
Outras contas a pagar	(58.891)
	<u>(437.551)</u>
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	(51.749)
Impostos, taxas e contribuições	(3.873)
Provisão para demandas judiciais	(4.107)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(87.856)
Outras obrigações	(2.567)
	<u>(150.152)</u>
	<u>(587.703)</u>
Total dos ativos (passivos) líquidos	<u>784.062</u>
Contraprestação transferida	<u>1.564.146</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>780.084</u>

O ágio no montante de R\$ 780.084 decorrente da aquisição representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios, e o valor do ágio que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$ 692.228, a diferença refere-se ao imposto de renda diferido passivo no montante de R\$ 87.856.

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$ 18.075 para a Controlada e R\$ 30.018 para o consolidado, foram reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica outras despesas operacionais da demonstração do resultado.

Informações Pro Forma (Não Auditadas)

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2011, as receitas líquidas consolidadas do Grupo das operações continuadas seriam de R\$ 4.546.811 e o resultado do exercício das operações continuadas seria de R\$ 105.653.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Raia Drogasil S.A. 2012	2011	Consolidado 2011
Caixa e bancos	43.399	15.750	31.050
Certificado de depósitos bancários	7.766	102.997	282.805
Debêntures compromissadas	87.432		
Depósito a prazo com garantia especial do FGC (Fundo Garantidor de Créditos)	28.366	26.116	26.116
	<u>166.963</u>	<u>144.863</u>	<u>339.971</u>

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário, debêntures compromissadas e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - Fundo Garantidor de Créditos estão classificadas como "instrumentos financeiros mantidos para negociação" e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

7. Clientes

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Raia Drogasil S.A. 2012	2011	Consolidado 2011
A vencer	325.694	141.903	279.588
Vencidas			
Entre 1 e 30 dias	9.075	4.927	7.811
Entre 31 e 60 dias	798	128	614
Entre 61 e 90 dias	291	74	74
Entre 91 e 180 dias	624	201	201
Entre 181 e 360 dias			4
Há mais de 360 dias	27	201	515
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(738)	(650)	(964)
	<u>335.771</u>	<u>146.788</u>	<u>287.843</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia; por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o efeito do ajuste a valor presente fosse relevante.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Raia Drogasil S.A. 2012	2011	Consolidado 2011
Saldo inicial	(650)	(494)	(494)
Adições	(778)	(650)	(650)
Adições por meio de combinação de negócios			(314)
Adições por meio de incorporação da Raia S.A.	(57)		
Reversões	747	494	494
Saldo final	<u>(738)</u>	<u>(650)</u>	<u>(964)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros "Recebíveis" e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4 d).(i) (3).

8. Estoques

	Raia Drogasil S.A. 2012	2011	Consolidado 2011
Mercadorias de revenda	974.455	388.974	810.576
Materiais	9.854	2.245	9.402
Provisão para perdas com mercadorias	(10.913)	(2.456)	(5.003)
Total dos estoques	<u>973.396</u>	<u>388.763</u>	<u>814.975</u>

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo valor de custo. A movimentação da provisão para perdas com mercadorias está demonstrada a seguir:

	Raia Drogasil S.A. 2012	2011	Consolidado 2011
Saldo inicial	(2.456)	(1.197)	(1.197)
Adições	(1.622)	(1.928)	(1.928)
Adições por meio de combinação de negócios			(3.306)
Adições por meio de incorporação da Raia S.A.	(8.225)		
Reversões	1.390	669	1.428
Saldo final	<u>(10.913)</u>	<u>(2.456)</u>	<u>(5.003)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado em relação às operações continuadas foi de R\$ 2.115.029 (R\$ 1.688.534 em 2011) para a Companhia e de R\$ 3.863.361 (R\$ 1.998.702 em 2011) para o consolidado.

O valor das baixas de estoques reconhecidas como perdas no exercício totalizou R\$ 17.056 (R\$ 13.680 em 2011) para a Companhia e R\$ 24.718 (R\$ 12.921 em 2011) para o consolidado, reconhecido em custo das mercadorias vendidas.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

9. Tributos a recuperar

	Raia Drogasil S.A. 2012	2011	Consolidado 2011
Circulante			
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	70.974	55.761	65.929
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - Substituição Tributária SP - Dec. 57.608/2011	8.147		
ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT 17/99)	10.889	1.671	6.790
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	3.149	2.102	2.102
ICMS - Outros	502	171	171
PIS - Programa de integração social	5		1.635
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	24		3.137
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	2.463	1.806	4.017
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	40		6.252
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	56		2.287
INSS - Instituto nacional da seguridade social	67	68	776
Outros			64
	<u>96.316</u>	<u>61.579</u>	<u>93.160</u>
Não circulante			
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor		30.178	30.178
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	9.053	2.998	5.076
FINSOCIAL - Fundo de investimento social - 1982 - precatório	561	561	561
Outros			59
	<u>9.614</u>	<u>33.796</u>	<u>35.874</u>
Total	<u>105.930</u>	<u>95.375</u>	<u>129.034</u>

Os créditos acumulados de ICMS (art. 71 a 84 do RICMS-SP), que representam a quase totalidade dos saldos credores de ICMS, são oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada (compras no Estado de São Paulo) e de saída de mercadoria (transferências para outras Unidades da Federação), de acordo com o inciso I, do artigo 71, do RICMS-SP. A Companhia, entre 1º de fevereiro de 2008 e 31 de dezembro de 2012, acumulou créditos no total de R\$ 70.974 e em 31 de dezembro de 2011 – R\$ 55.939 (Circulante – R\$ 55.761 e Não circulante – R\$ 30.178), no consolidado totalizam em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 96.107 (Circulante - R\$ 65.929 e Não circulante - R\$ 30.178).

Visando o aproveitamento do crédito acumulado em questão, a Companhia protocolizou pedido de apropriação de créditos acumulados referente ao período de fevereiro de 2008 a março de 2010, correspondente a R\$ 37.897, conforme sistemática prevista na Portaria CAT nº 53/1996 (DCA), valor este totalmente utilizado pela Companhia para pagamento de fornecedores na aquisição de mercadorias para revenda, nos termos disciplinados pela Portaria CAT nº 26/2010. A Companhia manteve ainda a entrega eletrônica dos arquivos de geração de crédito acumulado do período de abril de 2010 a junho de 2012, segundo a sistemática prevista na legislação em vigor, que soma o valor total de R\$ 55.782. Referido pedido permanece em análise junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Ademais, a partir de julho/2012, a Companhia passou à condição de substituta tributária nas suas aquisições de mercadorias, ou seja, passou a recolher o ICMS devido por substituição tributária por ocasião das saídas de mercadorias dentro do Estado, nos termos do Decreto nº 57.608 de 12 de dezembro de 2011.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - (Em milhares de reais)

12. Empréstimos e Financiamentos

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
		2012	2011	2011
BNDES - FINAME				
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 3,62% (+ 3,40% em Dez/2011) a.a.	79	279	633
Empréstimos	TJLP + 3,80% (+ 4,49% em Dez/2011) a.a.	1.864		3.790
BNDES - FINEM				
Empréstimos	TJLP + 2,7% (+ 2,27% em Dez/2011) a.a.	34.572	16.059	54.936
Empréstimos	IPCA + 7,50% + 1,51% (+ 7,32% + 2,38% em Dez/2011) a.a.	24.939	6.893	31.363
Máquinas e equipamentos	TJLP + 1,91% (+ 2,27% em Dez/2011) a.a.	2.072	1.898	3.488
Máquinas e equipamentos	IPCA + 7,44% + 2,30% (+ 7,44% + 2,30% em Dez/2011) a.a.	2.063	3.909	3.909
BNDES - Subcrédito				
Empréstimos	TJLP + 3,40% a.a. (+ 3,59% em Dez/2011) a.a.	62.857	34.127	34.127
Empréstimos	Selic + 2,36% a.a. (+ 2,45% em Dez/2011) a.a.	16.938	4.687	4.687
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado 3,84% a.a. (+ 6,63% em Dez/2011) a.a.	9.184	4.062	4.062
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% a.a. (+ 1,79% em Dez/2011) a.a.	3.390	3.480	3.480
Capital de giro	TJLP + 4,15% a.a. (+ 1,79% em Dez/2011) a.a.	6.312	8.613	8.613
Capital de giro	Selic + 3,06% a.a. (+ 3,15% em Dez/2011) a.a.	27.902	3.670	3.670
Banco Indusval				
Capital de giro	Prefixado 14,75% (14,75% em Dez/2011) a.a.			5.273
Arrendamento				
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado 1,74% (1,74% em Dez/2011) ao mês			279
		<u>192.172</u>	<u>87.677</u>	<u>162.310</u>
		<u>(60.712)</u>	<u>(24.928)</u>	<u>(50.325)</u>
		<u>131.460</u>	<u>62.749</u>	<u>111.985</u>
Passivo circulante				
Passivo não circulante				

Para os financiamentos com o BNDES, nas operações de FINAME da Companhia, foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM, tiveram como garantia fianças bancárias.

Os empréstimos junto ao BNDES, têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas/equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

O contrato permite, a qualquer tempo, substituir a fiança bancária por outra fiança de instituição de primeira linha.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 139.161 (Dez/2011 - R\$ 79.062) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- (i) Margem EBITDA ajustado (EBITDA ajustado/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual e, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2012
2013	
2014	44.588
2015	51.167
2016	25.608
2017	10.097
	<u>131.460</u>

13. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados a demandas judiciais:

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2012	2011	2011
Trabalhistas e previdenciárias	9.729	3.384	4.754
Tributárias	454		300
Cíveis	4.887		2.286
	15.070	3.384	7.340
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(1.220)	(1.278)	(2.431)
Total	<u>13.850</u>	<u>2.106</u>	<u>4.909</u>
Passivo circulante	(4.129)	(1.428)	(1.637)
Passivo não circulante	9.721	678	3.272

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2012	2011	2011
Saldo Inicial	2.106	2.330	2.330
Adições por meio da combinação de negócios			2.954
Adições por meio de incorporação da Raia S.A.	6.066		
Adições	4.719	1.232	1.649
Baixas por pagamentos	(1.807)	(1.359)	(1.608)
Reavaliação dos valores	(589)	(1.042)	(1.408)
Atualizações monetárias	3.053	1.074	1.121
Depósitos para defesas e recursos judiciais	302	(129)	(129)
Saldo Final	<u>13.850</u>	<u>2.106</u>	<u>4.909</u>

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 22) ou depósitos em juízo.

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 25.074 (Dez/2011 - R\$ 7.580) para a Companhia e R\$ 15.799 em 31 de dezembro de 2011 para o consolidado.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não havia provisões correspondentes:

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
	2012	2011	2011
Trabalhistas e previdenciárias	3.728	368	1.343
Tributárias	6.637	4.194	5.989
Cíveis	645		113
Total	<u>11.010</u>	<u>4.562</u>	<u>7.445</u>

Contingências Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. A Companhia Raia S.A. possui ainda ações movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Companhia ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências Tributárias

Representadas por multas administrativas diversas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências Cíveis

A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo (produtos com defeito, venda incorreta de medicamentos, abordagem de cliente em loja sob suspeita de furto etc.).

14. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 referem-se a:

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	140.837	96.010	158.074	91.205
Juros sobre o capital próprio	(40.000)	(31.300)	(40.000)	(31.300)
Lucro tributável	<u>100.837</u>	<u>64.710</u>	<u>118.074</u>	<u>59.905</u>
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34	34
Despesa teórica	(34.285)	(22.001)	(40.145)	(20.368)
Adições permanentes	(1.055)	(2.660)	(1.108)	(2.805)
Equivalência patrimonial	(2.182)	(3.347)		
Redução do imposto por incentivos	1.540	1.237	1.669	1.167
Perda do benefício de prejuízo fiscal por incorporação			(13.230)	
Outros		(543)	(405)	(503)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(35.982)</u>	<u>(27.314)</u>	<u>(53.219)</u>	<u>(22.509)</u>
Alíquota efetiva (%)	25,5	28,4	33,7	24,7

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo no montante de R\$ 29.970 em 31 de dezembro de 2012 (Dez/2011 - R\$ 6.454) para a Companhia e R\$ 43.753 em 31 de dezembro de 2011 para o consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R\$ 93.991 em 31 de dezembro de 2012 (Dez/2011 - R\$ 10.938) para a Companhia e R\$ 95.468 em 31 de dezembro de 2011 para o consolidado estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura; e (iii) Intangíveis não dedutíveis decorrente da aquisição da Raia S.A..

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 referem-se a:

	Raia Drogasil S.A.				Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado		Balanço patrimonial		Resultado	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.545)	(7.647)	(4.662)	(1.097)	(7.647)		(4.662)	(1.097)
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(7.953)	(3.291)			(3.291)		(4.662)	(1.097)
Intangíveis não dedutíveis - Combinação de negócios					(84.530)			3.326
Intangíveis não dedutíveis - Incorporação da Raia S.A.	(78.493)		457					6.037
Outros	(1.765)		(32)				(32)	
Provisão para demandas judiciais	5.055	1.150	1.760	(34)	2.495	2.560	(85)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.572	222	220	55	440	1.132	162	
Provisão para gratificações por liberalidade	2.506	918	(814)	(74)	918	1.588	(74)	
Provisão para gratificações da diretoria	376	711	(335)	70	711	(335)	70	
Provisão para campanhas internas		401	(401)	197	401	(401)	197	
Provisão para obsolescência no estoque	3.710	835	78	428	1.701	2.009	170	
Provisão para programa de participação no resultado	1.795	1.190	605	204	1.190	605	204	
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison	366	366			366			
Obrigações provisionadas diversas	2.080	420	1.660	(210)	420	1.660	(210)	
Provisão para despesas extraordinárias	1.688	241	(195)	241	1.357	331	456	
Provisão para perda em empréstimo funcionários					1.199	(1.199)	35	
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros					14.373	(16.108)	539	
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação	12.587		(465)		18.182	(5.593)	(932)	
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos			<u>(2.124)</u>	<u>(220)</u>			<u>(12.408)</u>	<u>2.761</u>
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	<u>(64.021)</u>	<u>(4.484)</u>			<u>(51.715)</u>			

Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido

	Raia Drogasil S.A.		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do período	(4.484)	1.628		1.628
Adições por meio da combinação de negócios				(50.212)
Adições por meio da incorporação da Raia S.A.		(57.515)		
Receita tributável reconhecida no resultado		(2.124)		2.761
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido		102		104
Imposto diferido sobre reserva de reavaliação de terrenos				(5.996)
Saldo no final do período	<u>(64.021)</u>	<u>(4.484)</u>		<u>(51.715)</u>

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R\$ 29.970, será realizado integralmente até o final do exercício de 2013.

15. Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Raia Drogasil S.A.			Raia Drogasil S.A.	
	2012	2011		2012	2011
Básico					
Lucro líquido		104.855		68.696	
Média ponderada do número de ações ordinárias		330.386		318.046	
Lucro por ação - básico		0,31737		0,21599	
Diluído					
Lucro líquido		104.855		68.696	
Média ponderada do número de ações ordinárias		330.386		318.046	
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opção de ações					
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição		<u>330.386</u>		<u>318.046</u>	
Lucro por ação - diluído		0,31737		0,21599	

O plano de opções de ações foi liquidado em dezembro de 2011. Desta maneira, não foram identificados efeitos dilutivos a serem considerados no resultado de 2012, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído deste exercício.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 908.639, estava representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 184.715.025 unidades (176.375.078 unidades em 31 de dezembro de 2011).

O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	Ações em circulação	
	2012	2011
Posição em 31 de dezembro de 2011		176.375.078
Vendas de ações vinculadas		8.844.260
Compra de ações vinculadas		(504.313)
Posição em 31 de dezembro de 2012		<u>184.715.025</u>

Em 31 de dezembro de 2012 as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 23,07 (fechamento do dia).

(b) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Raia Drogasil S.A.			Raia Drogasil S.A.	
	2012	2011		2012	2011
Lucro líquido do exercício		104.855		68.696	
Realização da reserva de reavaliação no exercício		198		202	
Base de cálculo do dividendo (a)		105.053		68.898	
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)		26.263		17.225	
Dividendo proposto					
Juros sobre o capital próprio proposto		40.000		31.300	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio		(5.500)		(4.337)	
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)		34.500		26.963	
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório		8.237		9.738	
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)		<u>32,84</u>		<u>39,13</u>	

